

CAMINHOS DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL (LXI)

A PROPRIEDADE DA TERRA

A propriedade é uma palavra um tanto genérica, o que lhe dá significado, maior ou menor, é bem do qual alguém é proprietário. É bom lembrar que a instituição da propriedade é uma invenção muito recente na história da humanidade, mas não é este o aspecto a ser tratado aqui. O importante é saber por que o imigrante italiano tinha um desejo irresistível de possuir um pedaço de terra.

A terra foi o primeiro bem a ser alvo da cobiça. Os grandes impérios foram construídos pelas conquistas de vastos territórios. O Império Romano é um exemplo muito conhecido dos imigrantes italianos. Roma foi a capital. E as populações do norte da Itália, segundo os historiadores, seriam descendentes dos antigos romanos, habitantes das cidades, que se refugiaram nas montanhas diante da invasão dos bárbaros.

A terra, portanto, era o grande bem cobiçado pelos poderosos e nobres. Em geral, a população não foi beneficiada no processo de doações de terras. Os generais e os nobres recebiam grandes extensões. No Brasil, o governo português criou o sistema das capitanias hereditárias. No Rio Grande do Sul, no tempo do Império, foi instalado o sistema das sesmarias na área da criação do gado. As montanhas e a região de matas sobraram para os imigrantes alemães e italianos.

Não se pode esquecer que a simples posse da terra enriquecesse o seu dono. Era preciso torná-la produtiva. Os nobres, por condição de seu estatus social, não podiam fazer trabalhos servis. A palavra, servil, já diz, eram trabalhos dos servos ou dos escravos. Daí, a necessidade de transformar as populações em trabalhadores mal remunerados, ou em arrendatários explorados, ou, o que é pior, em escravos, como aconteceu com os índios e os africanos.

Portanto, a terra foi, desde o início da proclamação do direito à propriedade, o principal bem a ser disputado. Com o surgimento do mercado, fato conhecido como revolução comercial, surgiram as empresas de comércio. Em grande parte, dominando pelas empresas de navegação. A República de Veneza foi um importante centro deste sistema comercial. Por ocasião da imigração, já estava em plena decadência. Surge assim, o comércio como um segundo bem a se transformar em propriedade ao lado das terras.

No século XVIII começa a revolução industrial. A primeira grande industrial é a naval. Os mercadores internacionais precisavam de embarcações, cada vez mais seguras, para seu comércio marítimo. Os armadores (construtores de navios) de Saint Malô, a oeste da França, concentraram um alto índice de riquezas, obrigando os reis de Paris a estabelecerem uma aliança com eles. A revolução ou as revoluções industriais atingiram um alto grau de desenvolvimento no século XIX com a introdução da máquina no sistema de produção. A indústria passa a ser a propriedade mais valorizada.

Voltando aos imigrantes em busca de terra, é preciso observar que, naquela época, a revolução industrial não chegara à Itália. A posse da terra continuava um grande sonho.

CAMINHOS DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL (LXII)

NEL BRASILE NON VI SONO PADRONE...

O valor da propriedade privada da terra, para muitos e por muito tempo, ficou reduzido ao aspecto econômico. Em parte isto é verdadeiro, mas, no fundo, pode ser uma ilusão. A terra por si só não garante riqueza se Não for produtiva.

É neste segundo aspecto que a propriedade da terra passa a ter um significado muito além do econômico, ela representa poder. O poder sobre a terra pela posse legal se estende sobre o sistema de produção. O sistema de produção começa pela decisão sobre com que atividade ela será ocupada. Decisão que cabia sempre ao proprietário, seja quando ele mesmo se encarregava de organizar os meios de produção, seja quando a arrendava.

Antes de aprofundar a propriedade como fonte de poder, é preciso distinguir dois tipos de propriedade. A grande propriedade, em geral, chamada de latifúndio, e a pequena propriedade. Na grande propriedade se desenvolve a monocultura e a cultura extensiva. No tempo da imigração italiana, havia no Brasil central e nordeste a monocultura do café e da cana de açúcar. No Rio Grande do Sul, os latifúndios, na região da campanha, dedicavam-se à criação de gado. Na pequena propriedade se desenvolve o regime de produção que, atualmente é definido como agricultura familiar. Nela há diversificação de culturas para a subsistência da família com o comércio dos excedentes para garantir os produtos básicos à alimentação da população urbana.

Retomando a questão da propriedade como poder, observa-se que nos latifúndios o patrão é o senhor absoluto sobre os trabalhadores que ele contrata. No tempo da escravidão, os escravos estavam no mesmo nível da posse da terra. Eram adquiridos e passavam a ser um bem, do qual o dono poderia dispor como quisesse. Não apenas em sua força de trabalho, mas sobre sua vida e morte. Todos conhecem a história.

A segunda maneira de exercer o poder, graças à propriedade da terra, acontecia em relação aos camponeses que arrendava uma área de terra. Na Itália, segundo se referiam os imigrantes, essas áreas eram conhecidas como campo – (un campo, due campi) – que equivalia a um hectare. El signore (patrão) estabelecia as regras do contrato, que poderia ser em porcentagens a serem pagas, quase sempre, como testemunharam os imigrantes, era a meia, ou numa cota fixa, o que era muito arriscado, porque podia acontecer que a produção mal dava para pagar a cota do patrão, e este não perdoava.

Diante do exposto pode-se entender melhor porque os imigrantes sonhavam tanto com um pedaço de terra. Talvez não fosse tanto a posse em si que estava em primeiro plano, mas a libertação da exploração dos patrões. Ser proprietário significava ser livre de patrões. E o patrão se refere mais ao poder sobre os outros. Por isso nada melhor do que citar esta bela proclamação libertária, feita pelos imigrantes italianos do Rio Grande do Sul: “Nel Brasile non vi sono padrone. Ognuno qui é padrone di sè. In casa il colono commanda. E si stima ugualmente un ré”. (No Brasil não há patrões. Cada um aqui é patrão de si. Em casa o colono manda.. E se julga igual a um rei).

CAMINHOS DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL (LXIII)

SIGNIFICADO SOCIAL DA PROPRIEDADE

A propriedade da terra, para o emigrante italiano, além de ser um valor econômico, de ser um símbolo de libertação, ela tinha, também, um significado social especial. Esse significado social da posse da terra era o elemento fundamental para pertencer às camadas mais elevadas da sociedade até o início das revoluções comercial e industrial.

Para o imigrante italiano, a terra era ainda o caminho mais seguro para firmar-se socialmente. Neste sentido não se pode esquecer que o Brasil continuava um país eminentemente rural. As suas riquezas vinham ou da produção agrícola ou do extrativismo, especialmente da madeira. Portanto, o imigrante chegava ao ambiente que lhe era muito favorável. A terra, seu espaço predileto de trabalho; a agricultura, sua área de conhecimento; a exploração da madeira, exigência necessária para implantar suas lavouras.

Uma observação se faz necessária. O significado social da propriedade não é o mesmo para o governo brasileiro e para o imigrante.

A instalação da pequena propriedade, para o governo, tinha o objetivo, além de romper com o modelo latifundiário, de criar condições para a formação de uma camada social intermediária entre o latifundiário e o escravo, que pudesse, num primeiro momento, oferecer a força do trabalho, portanto, ser produtora de bens e de gêneros de consumo, e, num segundo momento, entrar no mercado de consumo. Exatamente o binômio central da economia atual, ser produtor e consumidor ao mesmo tempo.

Para o imigrante a sua condição de dono de uma pequena propriedade, num país onde predominava a grande propriedade, aparentemente, não oferecia maior distinção social, a não ser diante dos escravos e dos poucos trabalhadores assalariados. A sua situação social ficava um tanto indefinida. Considerando a obrigação de ter que trabalhar a própria terra, piorava ainda mais sua figura social. Ele, diante da ordem social existente, tinha posição contraditória, era patrão e empregado de si mesmo. Portanto reunia em si as duas classes de pessoas que formavam o sistema latifundiário. Ser patrão o enaltecia socialmente, mas ser trabalhador o colocava numa situação de inferioridade social. Isto, pelo menos, na mentalidade nobreza portuguesa.

A observação atenta das atitudes dos imigrantes e a leitura de alguns depoimentos, revelam que, no início, eles se espelhavam na sociedade italiana para definir sua identidade social. O seu imaginário estava voltado para a figura dos "Signori", os nobres italianos. Uns exemplos. No final da declaração, já citada anteriormente, no Brasil não há senhores, eles se declaram iguais ao rei. Nas caçadas, um caçador após matar um cateto com um tiro certo, se comparava aos condes europeus que caçavam javalis. Um outro, escrevendo aos parentes da Itália, dizia, até hoje não consegui ver os confins da minha propriedade. Felipe II da Espanha havia declarado que em seu reino o sol nunca se punha.

Posteriormente, o imigrante se aproximou da figura do estancieiro, do qual passou a aderir à indumentária e alguns hábitos.

CAMINHOS DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL (LXIV)

COLONO: UMA IDENTIDADE HUMILHANTE

Os primeiros imigrantes, mais preocupados com sua instalação no lote recebido, provavelmente, não tiveram tempo de pensar sobre o fato de terem ou não passado para uma camada social superior. Ainda mais que, ao seu redor, todos eram proprietários, tanto seus companheiros como os alemães, sem contar os estancieiros. O mais importante era que estavam em sua casa, no que era seu. Antônio Mottin, em seu relatório sobre a história da vida de sua família ao Brasil mostra de maneira comovente a luta pela conquista de uma propriedade, ainda que pequena. A família Mottin emigrou após a primeira guerra mundial, quando as dificuldades, na Itália, eram, talvez, maiores do que quando partiram os primeiros emigrantes. No Brasil, a imigração, com auxílio do governo, já havia sido encerrada, então o imigrante devia arcar com todas as despesas para a aquisição de sua propriedade. Entretanto, o sonho de ter o seu lar continuava muito vivo. As palavras de Antônio Mottin não deixam dúvidas: finalmente após seis anos de peregrinação estávamos dormindo em nossa casa. Aquela terra, uma chácara de um hectare, era nossa. Tudo era apertado. A casa, embora velha, era nossa.

Com base nos relatos de Antônio Mottin não posso deixar de retomar um ponto tratado anteriormente. Foi dito que os imigrantes, em seu imaginário social, comparavam-se aos patrões italianos, e foram dados alguns exemplos. Infelizmente a comparação não fica apenas no perfil de nobreza e grandeza, mas também em relação ao comportamento exploratório. Volto a citar o autor, acima mencionado. Duas passagens, a primeira: "A mesadria era o tipo de exploração que vigorava naquela época, se quisesse trabalhar. Metade do que produzisse seria para o dono da terra. Alguns, mais compreensivos, exigiam a terceira parte. Papai e mamãe pensaram e repensaram que não poderiam trabalhar para o Manganelli, que os explorava desumanamente". A segunda: "Partimos para a localidade de Araripe, mas a terra não deu a renda esperada, mal dava para pagar o aluguel e alguma sobra para a alimentação da família".

Tudo indica que ser arrendatário na Itália ou no Brasil não fazia diferença. Portanto havia somente um caminho a conquista de chão que se pudesse dizer: este chão é nosso.

A idéia central deste texto é a questão de ser colono como uma situação humilhante. O termo colono designava, inicialmente, aqueles que recebiam os lotes de terra da colonização, denominados de colônias. Seus ocupantes passaram a ser identificados como colonos, isto é, aqueles que ocupavam e trabalhavam na colônia. Com o passar do tempo, colono era estigmatizado como um indivíduo rude, atrasado, de pouca educação e ignorante. Ser colono não era nada honorífico. Colono e colonada eram expressões depreciativas, até certo ponto, humilhantes. Era mais fácil ver o colono esconder sua condição do que se vangloriar.

Felizmente, hoje, a situação mudou. A palavra colono está desaparecendo, substituída por agricultor. Identificação que cabe de pleno direito a quem cultiva a terra.

CAMINHOS DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL (LXV)

PROPRIEDADE E TRABALHO

Os estudiosos da imigração italiana, atualmente, voltam-se para trás identificando os diferentes significados da pequena propriedade, seja para o imigrante, seja para o governo, seja para o sistema econômico, seja para a ordem social, mas a curiosidade maior está em saber o que de fato o imigrante, o maior interessado na história, pensava. Infelizmente, os pioneiros já partiram sem deixar documentos escritos, pode-se, apenas, recolher alguns fatos ou relatos, passados de pai para filho, que permitam penetrar no seu imaginário.

O primeiro aspecto é que a propriedade era apenas o começo da construção da nova vida e da nova história. Por si só, todos sabiam, ela não garantia o sonho de fazer a América. E de imediato perceberam que "far la cucagna" (fazer fortuna), tão festejada na hora da decisão de emigrar, não seria uma tarefa fácil.

O passo seguinte e único possível era arregaçar as mangas e trabalhar. Foi o que fizeram. Diante deles estava uma mata desafiadora, quase desconhecida, alguns instrumentos, e, dentro deles, residia a fé na força de seus braços. Resumindo tudo isto numa palavra só, o trabalho. A propriedade foi apenas um lado da moeda de sua fortuna, o outro lado foi o trabalho, porque não existe medalha com um lado só.

O importante é verificar que a propriedade era o fator novo e estimulante, mas o trabalho era um companheiro inseparável desde a infância. Trabalhar fazia parte do seu sangue ou, dito em linguagem atual, estava inscrito em seu DNA. O próprio governo brasileiro inclinou-se para atrair imigrantes italianos diante de sua capacidade de trabalho.

A cultura do trabalho, presente no imigrante italiano aqui instalado, estava baseada em dois preceitos. O primeiro preceito foi determinado como castigo, "comerás o pão com o suor do teu rosto", sentenciou o Criador. O segundo preceito confirma o primeiro, mas pertence à ordem social e econômica que estabelece que para ter direito aos bens é necessário trabalhar. O próprio Nanetto Pipetta proclama que "I digneri se te li cheri, te cogni laorare co fá eo" (O dinheiro se o quiseres, tu deves trabalhar como eu).

Essa cultura do trabalho foi o complemento indispensável para se obter sucesso no meio de todas as dificuldades. O trabalho, não se pode esquecer, encontrava um grande reforço na oração. A fé na força de seus braços se confundia com a fé na proteção divina.

O primeiro grande resultado de seu trabalho se manifestou sobre a mesa. Relatos de imigrantes que chegaram uma década ou pouco mais depois dos pioneiros se maravilhavam da fartura da produção e de alimentos. Houve inclusive pessoas que, chegando a Flores da Cunha, (então Novo Trento), ao passar à frente de moradores chegados alguns anos antes, exclamaram, "gheto vedesto, i ga fin suche" (você viu, eles têm até morangas).

A mesa farta representou o fim do perigo da fome enfrentado na Itália, entretanto, não resolvia um problema sério, a aquisição de moeda viva. O trabalho garantia comida abundante, não dinheiro. A venda de produtos era a fonte, porém faltava mercado ou as estradas não permitiam seu acesso. E os preços eram aviltantes.

CAMINHOS DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL (LXVI)

A DIGNIDADE DO TRABALHO

Muito se pode falar sobre o tema do trabalho desde as origens da humanidade, especialmente quando ele foi se tornou um instrumento de produção de bens e, mais ainda, quando foi transformado numa atividade de exploração, particularmente, na prática da escravidão. Atualmente o trabalho é definido como um conjunto de atividades humanas coordenadas com o objetivo de produzir ou contribuir para produzir algo que é útil. O trabalho pode ser coletivo ou individual.

O que interessa, aqui, não é um tratado, mas, apenas, identificar a importância e o significado que o trabalho tinha para o imigrante. Já foi lembrado que o trabalho junto com a propriedade formava o binômio indispensável na busca de uma vida nova e melhor. Ideal que dava forças para superar qualquer dificuldade.

A tradição bíblica cristã, na qual foram educados os imigrantes italianos, sempre apresentou o trabalho como um castigo divino. "Comerás o pão com o suor do teu rosto", esta foi a sentença do Criador. Entretanto, para o imigrante, o trabalho significava um dever de todas as pessoas para merecer e conseguir uma vida digna e honesta.

As teorias de Marx que denunciavam os conflitos entre trabalho e capital, ou entre a classe patronal e a classe trabalhadora, presentes no sistema capitalista, ainda eram desconhecidas dos italianos em geral. O certo é que os imigrantes fizeram uma verdadeira revolução na compreensão do trabalho. Em primeiro lugar, aspecto já referido anteriormente, o imigrante reunia em si a figura do patrão e do trabalhador. Ele era senhor e súbdito de si mesmo. Em segundo lugar ele via no trabalho uma forma de auto-estima e de dignidade. E quando se fala em trabalho, fica claro trata-se do trabalho braçal, físico. Exatamente a atividade proibida para os dias santos e domingos, e, a atividade que podia macular a dignidade dos nobres.

Ser trabalhador, ao lado de ser proprietário, representava, para o imigrante, homem e mulher, a outra face da emancipação e da dignidade do imigrante. A condição de ser um bom trabalhador encobria qualquer outro defeito, mesmo o fato de ser alcoólatra. Isso quando o alcoolismo era considerado um vício e não uma dependência química. O alcoólatra trabalhador era digno de compaixão e não de condenação. A seu respeito eram freqüentes observações deste teor: "Coitado, é uma pena ter esse vício, ele é um bom trabalhador".

Se, de um lado, o trabalho e o trabalhador são profundamente dignificados, por outro lado, o ladrão não merecia nenhuma concessão. Os ladrões e os desonestos eram olhados com total desconfiança em qualquer circunstância.

A extrema valorização do trabalho aparece no momento de escolher com quem casar. O critério do trabalho era fundamental. Isso valia tanto para o rapaz, quanto para a moça. O fato de ser trabalhador ou trabalhadora estava acima da beleza e mesmo da riqueza. Ser capaz de desenvolver as tarefas específicas era o valor decisivo.

CAMINHOS DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL (LXVII)

UMA IMAGEM DE HERÓI

Proclamar que os imigrantes, tanto italianos quanto alemães e poloneses, aqui chegados especialmente no século XIX, foram verdadeiros heróis no sentido pleno da palavra, não é nenhum exagero. Pode parecer estranho porque a história, que se aprende na escola, trata como heróis os que se distinguiram nas guerras, revoluções ou outros feitos bélicos. Em geral os monumentos que povoam as nossas praças celebram comandantes e políticos. Para os soldados sobra o monumento ao soldado desconhecido. Eles morreram anônimos, sem nome, simplesmente, soldados.

Quando se fala das imigrações, de preferência são lembrados os administradores. Poucos sabem quais foram os primeiros imigrantes que chegaram na localidade. Os monumentos, geralmente, são referentes a todos genericamente. Vou lembrar um exemplo que não está muito longe de minha casa. Em Val de Buia, distrito de Silveira Martins, a chamada Quarta Colônia, há um monumento aos imigrantes aí acampados durante seis meses, esperando a demarcação dos lotes. No monumento aparecem os nomes dos governantes que mandaram construí-lo. E, pergunto, por que não fixaram os nomes desses sofridos imigrantes? Eles, de fato, são os heróis que mereceriam a homenagem e a admiração dos viajantes e turistas. Eles foram os artífices de uma transformação silenciosa, pacífica e ordeira de uma nova sociedade e de outros valores culturais.

Esses heróis que a história os transformou em anônimos, como os soldados tombados nas guerras, aqui chegaram por decisão pessoal, é verdade, sob pressão de situações adversas em sua pátria, mas com um ideal muito bem definido, o de construir uma vida melhor para si e para os seus. Não se tratava de lutar contra alguém, mas de uma luta contra as políticas injustas dos poderosos e privilegiados. Não se tratava de destruir, mas de construir. Construir uma casa, produzir alimentos para levar a sua mesa, para oferecer os excedentes, através do mercado, a quem necessitasse.

Esses heróis sem fuzis, sem marcha unida e sem coturnos caminhavam, pés descalços e passos firmes, rumo à mata para, ao compasso das machadadas, abrir clareiras para os trigais, milharais e parreirais. Os animais selvagens, ameaças para suas lavouras ou fornecedores de carne, eram abatidos. Em seu lugar surgiram as criações de vacas, porcos, cavalos, ovelhas, galinhas, marrecos e demais animais e aves domésticos.

É importante sublinhar que naquela época se produziam alimentos sadios, tanto de origem vegetal quanto animal, para o consumo das pessoas, ao contrário de hoje, que se produzem mercadorias para vender, privilegiando a aparência à qualidade. Encantam os olhos, mas podem causar danos ao estômago. A mercadoria tem como principal objetivo estimular o consumidor através da boa aparência. O alimento, entretanto, visa a qualidade nutritiva para o organismo. Uma diferença que os nutricionistas tentam mostrar em suas orientações. A boa aparência nem sempre é sinônimo de qualidade nutricional.

O heroísmo dos imigrantes foi desenhado pelo suor do rosto e pelas mãos calejadas.

CAMINHOS DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL (LXVIII)

A FAMÍLIA

A família, sem dúvida nenhuma, foi a mais fundamental referência para os imigrantes. Constituir família era o começo do sonho do projeto de vida de todos. O casamento se apresentava como uma decisão obrigatória para a realização pessoal. Assim, o sustento da família e a garantia do futuro dos filhos foram decisivos na hora de optar pela emigração. Pode-se dizer que as preocupações com a família definiram toda a logística da aventura dos imigrantes.

Todos os estudos sobre os imigrantes mostram que a família estava no centro de seus projetos de bem-estar. A propriedade e o trabalho alcançavam seu significado maior na medida em que os benefícios recaíssem sobre o conjunto familiar. A família, além de ser a razão dos trabalhos, era, também, a fonte inesgotável das energias para enfrentar todas as dificuldades. As tarefas eram distribuídas entre todos os seus membros. Cada um devia contribuir com suas forças de acordo com a idade. Desde pequenos os filhos iam aprendendo a desempenhar tarefas.

A vida dos primeiros imigrantes transcorria quase toda em família. Pode-se dizer que as pessoas nasciam, cresciam, viviam e morriam como membros de uma família. Por isso, a casa fazia parte integrante da família, no verdadeiro sentido defendido pela ecologia que afirma ser a casa (oikos) o conjunto das pessoas, da habitação, dos animais de criação, das lavouras e trabalhos. Isto é todo o mundo doméstico.

A casa era o lugar onde aconteciam os fatos mais importantes da vida familiar. De fato, para o imigrante a casa, na hora do nascimento, se transformava em maternidade, em seguida em creche; na hora da doença, era enfermaria; com a velhice assumia o encargo de asilo; na hora da morte, em capela funerária.

A casa era, também, o lugar e o horário sagrados das principais refeições. Por isso a mesa sempre representou um momento de reunião familiar, onde se trocava idéias e se decidia sobre todas as iniciativas a serem desenvolvidas. Para o estudioso mais atento daqueles imigrantes, isolados do mundo, provavelmente reconhece no gesto da reza do terço em comum, depois de um dia de cansativo trabalho, o gesto mais eloqüente de quem sabe conciliar os bens materiais com os bens espirituais.

A imagem de família, vivida pelos imigrantes, inspirava-se na compreensão da família cristã, tendo como modelo a Sagrada Família. O casamento era assumido como uma instituição indissolúvel. Seguia-se a risca o preceito, "unidos até que a morte os separe". Entretanto, pode-se perceber que no imaginário do imigrante havia também a idéia de uma família com valores mais sociais à imagem da família dos nobres, ou Signori. Muitos se referiam à sua família como sendo superior, quase nobre. O que pesava para a escolha do casamento. Um exemplo, as fotografias de famílias, especialmente de homens, posando como nobres. Outro exemplo, a preocupação atual em busca do brasão da família, um símbolo de nobreza.

CAMINHOS DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL (LXIX)

O NÚMERO DE FILHOS

A importância da família na vida e no projeto dos primeiros imigrantes italianos, no meu entender, ainda não foi estudada suficientemente. O ponto mais lembrado é o de número de filhos. Pouco se fala do significado pedagógico, social, psicológico e afetivo. A família, certamente, se constituiu num refúgio de segurança e de apoio; num centro irradiador de valores morais e de socialização.

O fato de que as primeiras famílias de imigrantes tiveram muitos filhos. Realmente, poucas eram as famílias que ficassem abaixo de dez filhos. Um número elevado delas girava em torno de quinze filhos, entre vivos e falecidos ainda nos primeiros anos de vida. Não era raro encontrar famílias com dezessete ou dezoito filhos. Esse aspecto da família ser numerosa era sempre lembrado e, para alguns, provocava curiosidade e estranheza. Diante disto surgiram algumas interpretações..

Uma interpretação bastante repetida afirma que o número de filhos estava vinculado à necessidade de aumentar o número de braços para trabalhar na lavoura. Acredito que essa interpretação não leva em consideração as crenças dos imigrantes e se baseia em teorias sociológicas e econômicas.

Então vejamos. Primeiramente o aumento de braços para o trabalho significava um aumento proporcional de bocas para alimentar, corpos para vestir, pés para calçar. Surgia a necessidade de construir uma casa grande para abrigar a todos, sem esquecer os demais utensílios e móveis para uma vida de certo conforto.

Outro ponto a ser lembrado é o consenso que os filhos teriam direito a um pedaço de terra e uma casa para iniciar sua própria família. Daí que, quando a divisão da propriedade não era viável, era preciso comprar terras em novas frentes. Isto, em princípio, para os filhos homens. No caso das filhas, o encargo era mais suave. Dependia muito da situação ou generosidade da família. Em geral, consistia na confecção de roupas coletivas, utensílios domésticos, máquina de costura e, por vezes, alguma vaca. Muitas vezes, a moça confeccionava parte do seu próprio dote.

Esses argumentos podem não ser suficientes para contrapor à teoria de relacionar o número de filhos à força de trabalho. O maior argumento, certamente, está na crença religiosa. Todos sabem que a doutrina, ensinada na época, era de que se devia aceitar tantos filhos quantos Deus mandasse. As advertências dos pregadores contra os procedimentos de evitar filhos eram constantes. Abortos, então, nem poderiam ser pensados. Não se pode garantir que a obediência era absoluta. Essa crença de que os filhos estavam nos desígnios de Deus pode ser confirmada neste fato. Um cidadão marauense, não pedi permissão para declinar o nome, depois de doze partos da esposa, recebeu o aviso de que outra gravidez poderia ser fatal. Ele, na dúvida do que deveria fazer, encilhou seu cavalo e foi até Cacique Doble consultar o padre de sua confiança. Voltou com o conselho de que a questão de ter filhos pertencia a Deus e não à ciência humana. Nasceram mais três filhos, ainda vivos.

CAMINHOS DA IMIGRAÇÃO ITALIANA NO RIO GRANDE DO SUL (LXX)

CASAMENTOS

O casamento, inegavelmente, é apontado como um dos fatos mais marcantes da vida dos imigrantes. Era uma comemoração que ia muito além dos noivos e da família envolvendo toda a comunidade. Era um dia inteiro de festividades que aconteciam sempre aos sábados. Entretanto não havia lua de mel. A nova vida começava na segunda-feira seguindo o ritmo normal no seio da família do noivo.

A cerimônia religiosa era mais importante. O casamento civil era mera formalidade, que, nos primeiros tempos da imigração, muitas vezes, era realizada anos depois do casamento religioso.

Esses aspectos foram apenas lembrados, o que interessa, neste momento, é apresentar outros pontos pouco analisados. O primeiro refere-se ao espectro das opções de escolha do parceiro. Pesquisas mostram que a maior parte das escolhas acontecia num raio de cinco Km. Uma distância facilmente percorrida a cavalo e a pé, já que o tempo do namoro era aos domingos à tarde, que podia se estender até depois da janta.

O segundo ponto, o mais importante e pouco observado, diz respeito aos critérios da escolha do futuro ou futura pretendente. Sempre que se pergunta sobre qual a razão da escolha de tal pessoa para casar, a resposta está na ponta da língua: o amor. Entretanto, uma observação sobre relatos e fatos dos casamentos entre imigrantes sugere que a resposta não é tão simples. Isto não significa afirmar que não casassem por amor, mas há via outras razões que, em certo sentido, podiam ser mais decisivas. Apenas para lembrar, na época os nobres prometiam seus filhos e suas filhas a outras famílias nobres.

Observando o cotidiano das famílias, indistintamente, os filhos, meninos ou meninas, tinham uma única perspectiva, constituir nova família. Seguir a carreira religiosa dependia de um chamado divino. Assim, o menino devia aprender tudo o que se exigia de um bom trabalhador, capaz de sustentar a família. A menina devia saber dar conta das tarefas domésticas e cuidar dos filhos.

O jovem trabalhador era garantia de ser bom esposo, bom pai e bom chefe de família. A moça trabalhadeira assegurava ser boa esposa, boa mãe e boa dona de casa. De alguma maneira parece que havia certo amor funcional. Ou seja, um coração apaixonado deveria ser avalizado pelas mãos calejadas.

Depois de ler o livro, Polenta e Liberdade de Arlindo Battistel, tive a impressão de que os casamentos, aí relatados, não apresentavam o amor como o fator decisivo, mas certas circunstâncias, como cuidar de pessoas idosas ou assumir crianças órfãs. O autor do livro concordou. Há algum tempo, fiz essa observação a uma palestrante sobre a família imigrante. Discordou, justificando com o exemplo de seus pais. No final, afirmou que o pai lhe recomendará que, ao pensar em casar, ela preferisse um pretendente que no final do ano pagasse as contas. Não perdi a oportunidade, pedi licença para observar que o pai não lhe havia recomendado que casasse com quem ela amava, mas com quem pagasse as contas.